



VILAREALSTºANTONIO

Handwritten signature and initials.

ATA Nº. 22/2017

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 26 de setembro de 2017.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2017, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz** e **Álvaro Filipe Madeira Leal**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- DIREITO DE PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE - JÚLIA DA ROSA GUERREIRO RAIMUNDO;
- PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - RUA JORNAL DO ALGARVE, Nº 29, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE- NOTÁRIO;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA BARÃO DO RIO ZÊZERE, N.º 4, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - MARÍLIA DO ROSÁRIO PEREIRA TEIXEIRA DE SOUSA MARQUES;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - GAVETO DA RUA DO EXÉRCITO COM AS RUAS JOSÉ BARÃO E PRINCESA, N.º 4, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - MANUEL AUGUSTO FIDALGO;

²
nao


- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE - MANTA ROTA, VILA NOVA DE CACELA - GISELA RAMOS FRANCO AZINHEIRO SANTOS;
- MINUTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO «FRONTEIRAS, ASSOCIAÇÃO CULTURAL» RELATIVO À REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DA MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA FRONTEIRAS;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARIA JOSÉ FERREIRA ANTUNES;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE CLIDÓNIA ASCENSÃO CARDOSO;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VITORINO CAMPINAS FILIPE;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE EVANGELINA ANTÓNIA MARIA;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE JOSÉ ALBERTO FERNANDES PINTO DA ROCHA;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE FLORIVAL MAIA SALAS;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 22 de setembro, apresentando um saldo de 3.783.547,07 € (três milhões setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete euros e sete cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, foi apresentado e lido um documento relativa a considerações finais, que constitui parte integrante da presente ata.

3
rubrica



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador João Rodrigues, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 19 da reunião ordinária realizada em 16 de agosto de 2017;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador João Sol Pereira, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 20 da reunião ordinária realizada em 29 de agosto de 2017.

4
Raimundo

DIREITO DE PREFERÊNCIA E LEVANTAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE – JÚLIA DA ROSA GUERREIRO RAIMUNDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3280, sito em Rua da Liberdade, nº. 256, Freguesia de Monte Gordo e Concelho de Vila Real de Santo António, a favor de Gala Colorida, Sociedade de Mediação Imobiliária Lda., com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PEDIDO DE DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - RUA JORNAL DO ALGARVE, Nº 29, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE- NOTÁRIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2918, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 97,5 m², destinado a habitação, localizado na Rua Jornal do Algarve, n.º 29, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

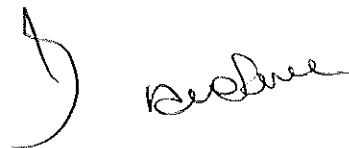
audite

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA BARÃO DO RIO ZÊZERE, N.º 4, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - MARÍLIA DO ROSÁRIO PEREIRA TEIXEIRA DE SOUSA MARQUES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 707, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 77 m², destinado a habitação, localizado na Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - GAVETO DA RUA DO EXÉRCITO COM AS RUAS JOSÉ BARÃO E PRINCESA, N.º 4, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - MANUEL AUGUSTO FIDALGO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra M, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 85,98 m², destinado a habitação, localizado no Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José Barão e Princesa, n.º4, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

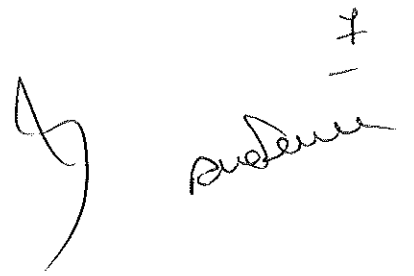


PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - MANTA ROTA, VILA NOVA DE CACELA - GISELA RAMOS FRANCO AZINHEIRO SANTOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol, no sentido de ser dado parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum da parte rústica do prédio misto, localizado na Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área total de 84840 m², descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 108/19850923, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 120, Seção AR e matriz urbana sob o artigo 1959, na proporção de 1/2 a favor Gisela Ramos Franco Azinheiro Santos e 1/2 a favor de Filipa Ramos Franco Palma, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

MINUTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO «FRONTEIRAS, ASSOCIAÇÃO CULTURAL» RELATIVO À REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DA MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA FRONTEIRAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Associação «FRONTEIRAS, Associação Cultural», relativo à 2ª edição da Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARIA JOSÉ FERREIRA ANTUNES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 20% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE CLIDÓNIA ASCENSÃO CARDOSO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

8
adbee

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VITORINO CAMPINAS FILIPE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE EVANGELINA ANTÓNIA MARIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

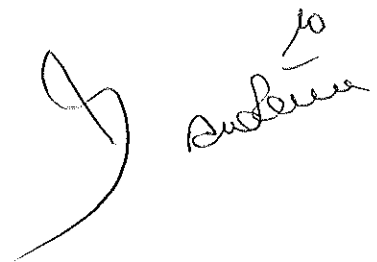
9
B. Almeida

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE JOSÉ ALBERTO FERNANDES PINTO DA ROCHA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE FLORIVAL MAIA SALAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA CLEMENTINA OLIVEIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA LUISA MATOSO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA JOSÉ FERREIRA ANTUNES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

21
maria

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA ALEXANDRA FREITAS GURTNER.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA CLOTILDE DUARTE CORREIA PEREIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram quaisquer intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e quinze minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Dr. Feres Queiroz, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos a redigi, subscrevo e assino.

Dr. Feres Queiroz

[Assinatura]

VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

13
Assinado
26 SET. 2017

Realiza-se hoje, dia 26 de Setembro, a última Reunião de Câmara Municipal relativa ao mandato 2013-2017, emanado das eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013.

Passados 4 anos, cumpre fazer os agradecimentos e desde já desejar felicidades ao futuro executivo municipal (poder e oposição) que sairá das eleições democráticas do próximo dia 1 de Outubro de 2017, e que sabiamente a população saberá escolher.

Em primeiro lugar agradecer à população do Concelho de Vila Real de Santo António, demonstrada através do seu voto, a confiança que manifestou nesta equipa jovem e a oportunidade que nos deu em poder representá-los.

Em segundo lugar, agradecer a todos os elementos da bancada do Partido Socialista que participaram nas diversas reuniões de Câmara: David Murta, Luís Salas, Célia Paz, José Barão e Carina Rosado. Agradecer o seu empenho e dedicação, na luta por um Concelho mais próspero e desenvolvido social e economicamente, pelas ideias em que acreditam e em torno de um programa eleitoral que ainda assim mereceu a aprovação de larga parte da população.

Procurámos defender as nossas ideias, apresentar as nossas propostas, fazer recomendações ou meras sugestões, sempre na defesa do que entendíamos ser benéfico para a melhoria das condições de vida da população, ou da atividade das empresas e das associações do Concelho. Procurámos também denunciar sempre aquilo que considerávamos incorreto e nefasto para o Concelho. Como é o caso da brutal dívida financeira, da privatização do setor das águas, da implementação dos parquímetros ou das elevadas taxas que se cobram às empresas, só para dar alguns exemplos.

Travámos um combate sempre desigual contra a atual maioria PSD, mas nunca baixamos os braços ou encolhemos a cabeça. Prova disso foi a recente proposta em baixar a taxa máxima de IMI para 0,45% quando a maioria PSD se preparava para manter os 0,5%. Medida que permitiu aliviar a vida de muitas famílias, e demonstrativa que é possível outro rumo para Vila Real de Santo António.

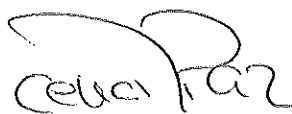
Por fim, e de forma democrática, cumprimentar e desejar as maiores felicidades pessoais e profissionais a todos os outros membros, das bancadas PSD e CDU, que passaram pelas diversas Reuniões de Câmara realizadas ao longo de todo este mandato.

Vila Real de Santo António, 26 de Setembro de 2017

Os Vereadores do Partido Socialista



(David Murta)



(Célia Paz)



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/317

ASSUNTO:

Direito Preferência e Levantamento do Ónus de Inalienabilidade – Júlia da Rosa Guerreiro Raimundo

CONSIDERANDO QUE:

- 1) Por escritura celebrada em doze de setembro de 2017, foi alienada a propriedade da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3280, sito em Rua da Liberdade, nº256, Freguesia de Monte Gordo e Concelho de Vila Real de Santo António, a Júlia da Rosa Guerreiro Raimundo (cabeça de casal na herança de Antonieta da Rosa), anteriormente detida em regime de direito de superfície.
- 2) De acordo com as cláusulas apostas no contrato de compra e venda da parcela, “A parcela de terreno destina-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, não podendo, consequentemente, ser alienado, arrendado ou ocupado por outrem, a qualquer título, no prazo de cinco anos, salvo motivo justificado e aceite pela Câmara Municipal e que, após esse prazo de cinco anos e no caso de alienação, por qualquer motivo e seja qual for a data, a Câmara beneficia do direito de preferência.”
- 3) De acordo com requerimento com entrada no Município em 14 de setembro de 2017, veio a Sra. Júlia da Rosa Guerreiro Raimundo (cabeça de casal na herança de Antonieta da Rosa) requerer o não exercício do direito de preferência na alienação do prédio acima identificado e o levantamento do ónus de inalienabilidade a favor da empresa Gala Colorida, Sociedade de Mediação Imobiliária Lda., NIPC: 509515177 e sede na Estrada Nacional 125, lote 1, Loja A, pela quantia de 40.000,00€.
- 4) A aquisição da referida parcela de terreno não reveste de especial interesse para o Município, considerando que a edificação nela erigida foi construída pelos requerentes, pelo que, não fez o Município qualquer investimento na referida construção que justificasse exercer o direito de preferência.
- 5) De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMNG.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

6) A documentação em anexo à presente proposta.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o não exercício do direito de preferência e o levantamento do ónus de inalienabilidade na alienação da parcela de terreno registado na matriz predial sob o número 3280, sito em Rua da Liberdade, nº256, Freguesia de Monte Gordo e Concelho de Vila Real de Santo António, a favor de Gala Colorida, Sociedade de Mediação Imobiliária Lda., NIPC: 509515177 e sede na Estrada Nacional 125, lote 1, Loja A, nos termos acima melhor descritos.

Vila Real de Santo António, 19 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

M/5
Adele

INFORMAÇÃO

DATA: 18 de Setembro de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Direito Preferência – Júlia da Rosa Guerreiro Raimundo

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, no dia 14 de setembro de 2017 deu entrada na Secção Administrativa da Divisão de Ação Social um requerimento em nome da munícipe **Júlia da Rosa Guerreiro Raimundo** a solicitar à autarquia que não exerça o direito de preferência e ónus de inalienabilidade, na alienação do prédio urbano com o artigo matricial nº3280, sito na Rua da Liberdade, nº256, na freguesia de Monte Gordo, Concelho de Vila Real de Santo António.

O artigo supracitado tem área total do terreno de 116,15m², inscrita na matriz nº3280 de natureza urbana, composta por edifício de 1 piso e de tipologia T4, com valor patrimonial de 35.245,58€ (calculado em 2014).

De acordo com o exposto, o imóvel vai ser alienado à empresa Gala Colorida, Sociedade de Mediação Imobiliária Lda.; com NIPC: 509515177; com sede na Estrada Nacional 125, lote 1, Loja A; pela quantia de 40.000,00€.

De acordo com as informações prestadas, a habitação é pertença de herdeiros e neste momento encontra-se devoluta.

Considerações Finais

Neste sentido, sugere-se deixar à consideração, exercer ou não o direito de preferência na alienação do imóvel acima mencionado.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

À consideração superior,

Milene Mendonça
Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

16
[Handwritten signature]

Aprovado em reunião
26 SET. 2017
CE

N.º Propostas/2017/309

ASSUNTO:

Direito legal de preferência – Imóvel inserido no Núcleo Histórico Pombalino.
Rua Jornal do Algarve, n.º 29, em Vila Real de Santo António
Requerente: Rui Miguel da Costa Leite

CONSIDERANDO QUE:

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

De acordo com o disposto no n.º 1 no artigo 37.º desta Lei, é competência do município pronunciar-se sobre o exercício, ou não, do direito de preferência no caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;

Foi apresentado um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Rui Miguel da Costa Leite**, com o NIF 188562117, com endereço na Rua Prof. Egas Moniz, Lote 1, Loja 1, r/c, 8900-322 Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2918, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 97,5 m², destinado a habitação, localizado na **Rua Jornal do Algarve, n.º 29, 8900-315 Vila Real de Santo António**.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), em que **Rui João Gutierrez Setúbal**, NIF 118467239, consta como vendedor e **Endoags Clínica Médica, Lda.**, NIPC 506234835, como adquirente.

A edificação objeto desta proposta insere-se no Núcleo Histórico Pombalino;

A informação jurídica anexa a esta proposta, clarifica os procedimentos a adotar;

Não se vê interesse no exercício do direito de preferência do imóvel em questão.

[Handwritten signature]



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Face ao teor dos documentos anexos à presente proposta, os quais dão-se integralmente por transcritos, não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2918, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 97,5 m², destinado a habitação, localizado na Rua Jornal do Algarve, n.º 29, 8900-315 Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 15 de Setembro de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO

REQUERENTE	Rui Miguel da Costa Leite
ASSUNTO	Direito legal de preferência – Imóvel inserido no Núcleo Histórico Pombalino. Rua Jornal do Algarve, n.º 29, 1.º, em Vila Real de Santo António.
ANÚNCIO N.º	36131/2017

Exposição dos factos:

Presente um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de Rui Miguel da Costa Leite, com o NIF 188562117, com endereço na Rua Prof. Egas Moniz, Lote 1, Loja 1, r/c, 8900-322 Vila Real de Santo António, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2918, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 97,5 m², destinado a habitação, localizado na Rua Jornal do Algarve, n.º 29, 8900-315 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), em que Rui João Gutierrez Setúbal, NIF 118467239, consta como vendedor e Endoags Clínica Médica, Lda., NIPC 506234835, como adquirente.

Segundo a informação técnica presente no processo, a edificação insere-se no Núcleo Histórico Pombalino.

Enquadramento jurídico:

Regulam esta matéria, os seguintes diplomas:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

[Handwritten signature]



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de Julho, que cria o Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano;

Este Decreto-Lei encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de Maio - com entrada em vigor a 22 de Maio de 2009;
- Portaria n.º 67/2010, de 3 de Fevereiro - com entrada em vigor a 4 de Fevereiro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 99/2010, de 2 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010;
- Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2012, e
- Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de Agosto - com entrada em vigor a 1 de Setembro de 2013.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.

Refere também o n.º 1 artigo 19.º do Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano, que o exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista.

Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no



Município de Vila Real de Stº António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

18
Audência

INFORMAÇÃO

número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo.

Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período, por força da aplicação do n.º 3.

Refere o n.º 4.º do citado artigo 19.º, se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência.

Chamo a atenção para os prazos definidos por lei serem demasiado curtos, o que pode levar à caducidade desse direito de preferência, uma vez que o executivo reúne-se de 15 em 15 dias, podendo, nos casos em que é manifestamente impossível esperar pela próxima reunião de Câmara, o Sr. Presidente decidir se exerce ou não esse direito e submeter a decisão a ratificação da Câmara Municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3¹ do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Conclusão:

Em face do exposto, considero que estão reunidas as condições para a Câmara Municipal poder exercer ou não o direito de preferência do imóvel acima descrito.

À Consideração Superior

¹ N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.





VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Vila Real de Santo António, 15 de setembro de 2017

O Técnico Superior,

Ernesto Ramos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Anúncio 36131/2017

Direitos de Preferência

Tem intenção de exercer o direito legal de preferência?

☒ Sim ☐ Não

Nº Pedido Data do Anúncio
36131/2017 07-09-2017
Data de Disponibilização no Site
07-09-2017

Dados do Requerente

Nome/Firma ou Denominação
Rui Miguel da Costa Leite
NIF/NIPC
188562117

E-mail Telefone
rui.leite@notarios.pt 281543604

Endereço
Rua Professor Egas Moniz, Lote 1, Lj 1,
r/c

Vendedor(es)

Nome/Firma ou Denominação	NIF/NIPC
Rui João Gutierrez Setúbal	118467239

Comprador(es)

Nome/Firma ou Denominação	NIF/NIPC
Endoags Clínica Médica Lda	506234835

Identificação do Imóvel

Descrição em Livro Descrição em Ficha

Artigo Matricial
2918

Quota Parte Fração Autónoma
B

Área Bruta Privativa (área prevista no artigo 40º do CIMI)
97.5 m2

Área Total
Hectares

Arrendado Destino
Não Habitação

Localização do Imóvel

Endereço
Rua do Brasil, nº 31, 1º andar

Distrito Concelho
Faro Vila Real de Santo António
Freguesia
Vila Real de Santo António

Dados da Transmissão

Tipo de Negócio
Compra e venda

Preço Moeda
95000 Euros

Data previsível do negócio
25-09-2017
Observações

 Cancelar  Confirmar

[Voltar para Casa Pronta](#)



Proposta

Aprovado em reunião

~~cc - 26-SEP-2017~~

N.º Propostas/2017/323

ASSUNTO:

Direito legal de preferência – Imóvel inserido no Núcleo Histórico Pombalino.

Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, Vila Real de Santo António

Requerente: Marília do Rosário Pereira Teixeira de Sousa Marques

CONSIDERANDO OUE:

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

De acordo com o disposto no n.º 1 no artigo 37.º desta Lei, é competência do município pronunciar-se sobre o exercício, ou não, do direito de preferência no caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;

Foi apresentado um requerimento, através do site “<http://www.casapronta.pt>”, em nome de **Marília do Rosário Pereira Teixeira de Sousa Marques**, com o NIF 204540852, com endereço na Rua 8 de Setembro, n.º 24 Vivenda, 2810-264 Almada, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 707, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 77 m², destinado a habitação, localizado na Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, 8900-251 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 90.000,00 (noventa mil euros), em que Miguel José Rodrigues Videira Marques, NIF 166092304, consta como vendedor e João Pedro Cortez e Almeida Gil Ejarque, NIF 157510930, como adquirente.

A edificação objeto desta proposta insere-se no Núcleo Histórico Pombalino;

A informação jurídica anexa a esta proposta, clarifica os procedimentos a adotar;

Não se vê interesse no exercício do direito de preferência do imóvel em questão.

[Signature]



VILAREALSTºANTONIO

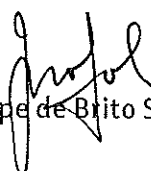
Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Face ao teor dos documentos anexos à presente proposta, os quais dão-se integralmente por transcritos, não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 707, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 77 m², destinado a habitação, localizado na Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, 8900-251 Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 21 de Setembro de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

21
Sedem

INFORMAÇÃO

REQUERENTE	Marília do Rosário Pereira Teixeira de Sousa Marques
ASSUNTO	Direito legal de preferência – Imóvel inserido no Núcleo Histórico Pombalino. Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, em Vila Real de Santo António.
ANÚNCIO N.º	37141/2017

Exposição dos factos:

Presente um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Marília do Rosário Pereira Teixeira de Sousa Marques**, com o NIF 204540852, com endereço na Rua 8 de Setembro, n.º 24 Vivenda, 2810-264 Almada, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 707, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 77 m², destinado a habitação, localizado na Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 4, 8900-251 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 90.000,00 (noventa mil euros), em que **Miguel José Rodrigues Videira Marques**, NIF 166092304, consta como vendedor e **João Pedro Cortez e Almeida Gil Ejarque**, NIF 157510930, como adquirente.

Segundo a informação técnica presente no processo, a edificação insere-se no Núcleo Histórico Pombalino.

Enquadramento jurídico:

Regulam esta matéria, os seguintes diplomas:

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

6.1
B



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de Julho, que cria o Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano;

Este Decreto-Lei encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 122/2009, de 21 de Maio - com entrada em vigor a 22 de Maio de 2009;
- Portaria nº 67/2010, de 3 de Fevereiro - com entrada em vigor a 4 de Fevereiro de 2010;
- Decreto-Lei nº 99/2010, de 2 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010;
- Decreto-Lei nº 209/2012, de 19 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2012, e
- Decreto-Lei nº 125/2013, de 30 de Agosto - com entrada em vigor a 1 de Setembro de 2013.

Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.

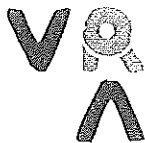
Refere também o n.º 1 artigo 19.º do Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano, que o exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista.

Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

22
2017



essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo.

Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período, por força da aplicação do n.º 3.

Refere o n.º 4.º do citado artigo 19.º, se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência.

Chamo a atenção para os prazos definidos por lei serem demasiado curtos, o que pode levar à caducidade desse direito de preferência, uma vez que o executivo reúne-se de 15 em 15 dias, podendo, nos casos em que é manifestamente impossível esperar pela próxima reunião de Câmara, o Sr. Presidente decidir se exerce ou não esse direito e submeter a decisão a ratificação da Câmara Municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3¹ do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Conclusão:

Em face do exposto, considero que estão reunidas as condições para a Câmara Municipal poder exercer ou não o direito de preferência do imóvel acima descrito.

À Consideração Superior

Vila Real de Santo António, 21 de setembro de 2017

¹ N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.





VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

O Técnico Superior,

Ernesto Ramos



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Anúncio 37141/2017

Direitos de Preferência

Tem intenção de exercer o direito legal de preferência?

☒ Sim ☐ Não

Nº Pedido Data do Anúncio
37141/2017 13-09-2017
Data de Disponibilização no Site
13-09-2017

Dados do Requerente

Nome/Firma ou Denominação
Marília do Rosário Pereira Teixeira de Sousa
Marques
NIF/NIPC
204540852

E-mail Telefone
mariliatsousa@gmail.com 961041481

Endereço
Rua 8 de Setembro, nº 24 Vivenda, 2810-
264 - Almada

Vendedor(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Miguel José Rodrigues Videira 166092304
Marques

Comprador(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
João Pedro Cortez e Almeida Gil 157510930
Ejarque

Identificação do Imóvel

Descrição em Livro Descrição em Ficha
---- 2089
Artigo Matricial
707

Quota Parte Fração Autónoma

Área Bruta Privativa (área prevista no artigo
40º do CIMI)
77 m2

Área Total
---- Hectares

Arrendado Destino
Não Habitação

Localização do Imóvel

Endereço
Rua Barão do Rio Zêzere, nº 4, 8900-251 -
Vila Real Santo António



Distrito Concelho
Faro Vila Real de Santo António
Freguesia
Vila Real de Santo António

Dados da Transmissão

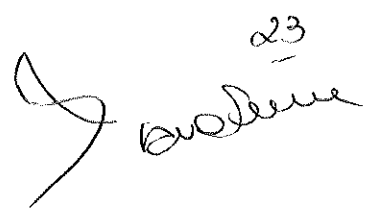
Tipo de Negócio
Compra e venda

Preço Moeda
90000 Euros

Data previsível do negócio
20-09-2017
Observações

 Cancelar  Confirmar

[Voltar para Casa Pronta](#)

23






VILAREALSTºANTONIO

Proposta

24
S. António

N.º Propostas/2017/324

Aprovado em reunião
de 26 SET. 2017

ASSUNTO:

Exercício do direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino.
Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José Barão e Princesa, n.º 4, em Vila Real de Santo António
Requerente: Manuel Augusto Fidalgo

CONSIDERANDO QUE:

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

De acordo com o disposto no n.º 1 no artigo 37.º desta Lei, é competência do município pronunciar-se sobre o exercício, ou não, do direito de preferência no caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;

Foi apresentado um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Manuel Augusto Fidalgo**, com o NIF 177113588, com endereço em Chibeira, n.º 731-A, São Brás de Alportel, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra M, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 85,98 m², destinado a habitação, localizado no Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José Barão e Princesa, n.º 4, 8900-278 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), em que **Manuel Augusto Fidalgo**, NIF 177113588, consta como vendedor e **Francisco Machado Franco**, NIF 160654041, como adquirente.

A edificação objeto desta proposta insere-se na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino;

A informação jurídica anexa a esta proposta, clarifica os procedimentos a adotar;

Não se vê interesse no exercício do direito de preferência do imóvel em questão.

D



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Face ao teor dos documentos anexos à presente proposta, os quais dão-se integralmente por transcritos, não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra M, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 85,98 m², destinado a habitação, localizado no **Gaveto da Rua do Exército** com as Ruas José Barão e Princesa, n.º4, 8900-278 Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 21 de Setembro de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

25
roberto

INFORMAÇÃO

REQUERENTE	Manuel Augusto Fidalgo
ASSUNTO	Direito legal de preferência – Imóvel inserido na Zona de Proteção ao Núcleo Histórico Pombalino. Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José Barão e Princesa, em Vila Real de Santo António.
ANÚNCIO N.º	36806/2017

Exposição dos factos:

Presente um requerimento, através do site "<http://www.casapronta.pt>", em nome de **Manuel Augusto Fidalgo**, com o NIF 177113588, com endereço em Chibeira, n.º 731-A, São Brás de Alportel, no qual procede à comunicação para o exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Vila Real de Santo António na alienação, a título oneroso, do seguinte imóvel: - fração autónoma, designada pela letra M, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 85,98 m², destinado a habitação, localizado no Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José Barão e Princesa, n.º4, 8900-278 Vila Real de Santo António.

Está prevista a alienação do imóvel pelo valor de € 95.000,00 (noventa e cinco mil euros), em que **Manuel Augusto Fidalgo**, NIF 177113588, consta como vendedor e **Francisco Machado Franco**, NIF 160654041, como adquirente.

Segundo a informação técnica presente no processo, a edificação insere-se no Núcleo Histórico Pombalino.

Enquadramento jurídico:

Regulam esta matéria, os seguintes diplomas:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

6.1



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura;

Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de julho, que cria o Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano;

Este Decreto-Lei encontra-se atualizado de acordo com os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 122/2009, de 21 de Maio - com entrada em vigor a 22 de Maio de 2009;
- Portaria nº 67/2010, de 3 de Fevereiro - com entrada em vigor a 4 de Fevereiro de 2010;
- Decreto-Lei nº 99/2010, de 2 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2010;
- Decreto-Lei nº 209/2012, de 19 de Setembro - com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2012, e
- Decreto-Lei nº 125/2013, de 30 de Agosto - com entrada em vigor a 1 de Setembro de 2013.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção.

Refere também o n.º 1 artigo 19.º do Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo Imediato de Prédio Urbano, que o exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista.

Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no



Município de Vila Real de St. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de St. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

26
F. Duque

INFORMAÇÃO

número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo.

Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período, por força da aplicação do n.º 3.

Refere o n.º 4.º do citado artigo 19.º, se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência.

Chamo a atenção para os prazos definidos por lei serem demasiado curtos, o que pode levar à caducidade desse direito de preferência, uma vez que o executivo reúne-se de 15 em 15 dias, podendo, nos casos em que é manifestamente impossível esperar pela próxima reunião de Câmara, o Sr. Presidente decidir se exerce ou não esse direito e submeter a decisão a ratificação da Câmara Municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3¹ do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Conclusão:

Em face do exposto, considero que estão reunidas as condições para a Câmara Municipal poder exercer ou não o direito de preferência do imóvel acima descrito.

À Consideração Superior

¹ N.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.



Município de Vila Real de St.º António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de St.º António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.ccm-vrsa.pt

6.3.9



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Vila Real de Santo António, 21 de setembro de 2017


O Técnico Superior,

Ernesto Ramos



Município de Vila Real de Stº, António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº, António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



Anúncio 36806/2017

Direitos de Preferência

Tem intenção de exercer o direito legal de preferência?*

☒ Sim ☐ Não

Nº Pedido Data do Anúncio
36806/2017 12-09-2017
Data de Disponibilização no Site
12-09-2017

Dados do Requerente

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Manuel Augusto Fidalgo 177113588

E-mail Telefone
manuel.fidalgo@lcloud.com 962963671

Endereço
Chibeira, 731-A, São Brás de Alportel

Vendedor(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Manuel Augusto Fidalgo 177113588

Comprador(es)

Nome/Firma ou Denominação NIF/NIPC
Francisco Machado Franco 160654041

Identificação do Imóvel

Descrição em Livro Descrição em Ficha
---- 3038

Artigo Matricial
8251

Quota Parte Fração Autónoma
---- M

Área Bruta Privativa (área prevista no artigo
40º do CIMI)
85,98 m2

Área Total
---- Hectares

Arrendado Destino
Não Habitação

Localização do Imóvel

Endereço
Gaveto da Rua do Exército com as Ruas José
Barão e Rua da Princesa



Distrito Concelho
Faro Vila Real de Santo António
Freguesia
Vila Real de Santo António

Dados da Transmissão

Tipo de Negócio
Compra e venda

Preço Moeda
95000 Euros

Data previsível do negócio
26-09-2017
Observações

 Cancelar  Confirmar

[Voltar para Casa Pronta](#)



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

28
D. Budeu

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/312

ASSUNTO:

Pedido de Certidão de Compropriedade.

Local: Manta Rota, Vila Nova de Cacela.

Requerente: Gisela Ramos Franco Azinheiro Santos

CONSIDERANDO QUE:

Deu entrada um pedido em nome de Gisela Ramos Franco Azinheiro Santos, com NIF 205 828 728, residente na Rua 25 de Abril, n.º 5, 1.º Direito, 8800-427 Tavira, requerendo a emissão do parecer favorável, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, para a realização de escritura pública de partilha, na qualidade de herdeira, na proporção de 50% para a Requerente Gisela Ramos Franco Azinheiro Santos e 50% para Filipa Ramos Franco Palma, Residente na Rua Luís de Camões, n.º 21, 7800-508 Beja, em compropriedade, na parte rústica de um prédio misto, localizado na Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área total de 84840 m², descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 108/19850923, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 120, Seção AR e matriz urbana sob o artigo 1959.

A Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, veio estabelecer o regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro – com entrada em vigor em 19 de Setembro de 1999; Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto – com entrada em vigor em 28 de Agosto de 2003; Lei n.º 10/2008, de 20 de Fevereiro – com entrada em vigor em 21 de Fevereiro e produção de efeitos em 1 de Janeiro de 2008, e Lei n.º 79/2013, de 26 de Novembro – com entrada em vigor em 27 de Novembro de 2013;

O n.º 1 do artigo 54.º deste diploma legal, determina que “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios”;

Refere o n.º 2 que o parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana;

O parecer é emitido no prazo de 45 dias, entendendo-se a sua omissão como parecer favorável, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

Tal como define o n.º 4, são nulos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação do disposto no n.º 1 do presente artigo, tendo também a câmara municipal legitimidade para promover a respetiva declaração judicial;



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

O Chefe da DUEP propõe que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à emissão da certidão de compropriedade, face aos termos e efeitos da apreciação técnica, onde consta que não se vê inconveniente na emissão de citado parecer;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Dar parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum da parte rústica do prédio misto, localizado na Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área total de 84840 m², descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 108/19850923, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 120, Seção AR e matriz urbana sob o artigo 1959, na proporção de 1/2 a favor Gisela Ramos Franco Azinheiro Santos e 1/2 a favor de Filipa Ramos Franco Palma.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,


João Filipe de Brito Sol Pereira



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

29
Audiência

Aprovado em reunião

N.º Propostas/2017/307

~~de 26-SET-2017~~

ASSUNTO:

Minuta do Protocolo entre o Município de VRSA e a Associação «FRONTEIRAS, Associação Cultural» relativo à realização da 2ª edição da Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS

CONSIDERANDO QUE:

- A) A Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS terá lugar de 24 a 28 de Outubro de 2017, de forma simultânea, em Ayamonte (Espanha) e em Vila Real de Santo António (Portugal);
- B) Existe a necessidade de requerer a utilização de diversos espaços culturais sob a tutela do município de VRSA, tanto para exibições de filmes, bem como de atividades paralelas, tais como conferências, exposições, workshops e outros, a definir;
- C) A organização da Mostra de Cinema Internacional FRONTEIRAS pretende ter uma articulação forte com o município de Vila Real de Santo António face à necessidade de fazer chegar, convenientemente, a informação/comunicação à população e comunidade em geral, havendo por isso também a necessidade de estabelecer parceria também ao nível dos suportes de comunicação;
- D) No presente protocolo pretende-se definir as responsabilidades dos dois outorgantes na realização da referida iniciativa;
- E) O exposto nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea u) da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aprovação da minuta do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António e a Associação «FRONTEIRAS, Associação Cultural», relativo à 2ª edição da Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS, em anexo à presente proposta.

Vila Real de Santo António, 7 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita



VILAREALSTºANTONIO

30
30/10/2013

PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
e
A ASSOCIAÇÃO FRONTEIRAS
RELATIVO
À 2ª ED. DA MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA «FRONTEIRAS»

ENTRE:

Primeiro Outorgante: Senhor Luís Filipe Soromenho Gomes, casado, natural da Freguesia de Santiago, Concelho de Tavira, residente da Freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e em representação do Município de Vila Real de Santo António, pessoa colectiva de direito público com o número 506833224, que outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos por deliberação da Câmara Municipal, datada de 18 de Outubro de 2013 de harmonia com o estipulado na alínea a) do número 1 do artigo 35º da Lei número 75/2013. De 12 setembro, ora avante designado por MUNICIPIO;

Segundo Outorgante: FRONTEIRAS, Associação Cultural, com sede em Ayamonte, Espanha, contribuinte fiscal número G21581491, representada pelo senhor(a) Abraham López Feria, na qualidade de presidente da FRONTEIRAS, Associação Cultural, e responsável pela organização do adiante designado por «Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS»;

Celebram o presente protocolo, nos seguintes termos:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

CONSIDERANDO QUE:

- A) A Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS terá lugar de 24 a 28 de Outubro de 2017, de forma simultânea, em Ayamonte (Espanha) e em Vila Real de Santo António (Portugal);
- B) Existe a necessidade de requerer a utilização de diversos espaços culturais sob a tutela do município de VRSA, tanto para exposições de filmes, bem como de atividades paralelas, tais como conferências, exposições, workshops e outros, a definir;
- C) A organização da Mostra de Cinema Internacional FRONTEIRAS gostaria de ter uma articulação forte com o município de Vila Real de Santo António face à necessidade de fazer chegar, convenientemente, a informação/comunicação à população e comunidade em geral, sentido para isso a grande necessidade de estabelecer parceria também ao nível dos suportes de comunicação;

Pelo exposto, é celebrado, nos termos do artigo 33º n.º 1 alínea u) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e reciprocamente aceite, o presente PROTOCOLO ENTRE o Município de Vila Real de Santo António e a Associação Cultural FRONTEIRAS, relativo à segunda edição da Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

- 1. O presente protocolo tem por objetivo definir as condições relativas ao apoio institucional para a cedência de espaços culturais e respectivos meios de comunicação/publicidade no concelho de Vila Real de Santo António e/ou afetos a este município;

Cláusula 2.ª

- 1. Ao nível dos espaços sob a tutela do município de VRSA, a programação cultural deverá ter lugar nos espaços municipais: Espaço Mariani – Casa da Cultura de Monte Gordo,





VILAREALSTºANTONIO

31
Adm

(exibições de filmes e organização de exposição alusiva à história do Cine Mariani), Centro Cultural António Aleixo / Espaço [CA]², Biblioteca Municipal António Vicente Campinas, Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (organização de exposições, conferências, debates e workshops).

2. A comunicação das actividades e/ou dos espetáculos associados à iniciativa que decorrem em VRSA deverá ser feita de forma conjunta, i.e. em estreita parceria com a câmara municipal de Vila Real de Santo António, devendo este município assegurar para o efeito os seguintes espaços de publicidade: dois outdoors (um junto à rotunda da Galp em VRSA e outro junto à rotunda de Vila Nova de Cacela) e três mupis (dois na Praça Marquês de Pombal e outro na Avenida da República). Relativamente aos outdoors, deverá ser assegurada a divisão igualitária de despesa entre ambas entidades.

3. Caberá à Associação FRONTEIRAS incluir sempre em qualquer ato de comunicação e publicidade o logótipo do município de VRSA como entidade de «Apoio» a este certame.

4. As linhas de programação serão definidas pela Associação Cultural FRONTEIRAS.

5. O Município poderá de igual forma propor todas as actividades culturais, informativas e/ou de animação, no âmbito do presente protocolo, que entender por convenientes e/ou adequadas.

6. As receitas provenientes das actividades culturais promovidas pela Associação Cultural FRONTEIRAS serão geridas pela Associação FRONTEIRAS, revertendo para si na totalidade, não tendo o Município qualquer responsabilidade sobre esta questão.

Cláusula 3.ª

1. É da responsabilidade do Município:

- a) Ceder os espaços acima indicados no ponto 1 da Clausula 2.ª, desde que a programação cultural previamente definida para os mesmos assim o permita.
- b) Apoiar na divulgação e comunicação do certame, nos diversos suportes à disposição;
- c) Suportar e/ou apoiar financeiramente metade da despesa relativa à colocação dos dois outdoors referidos no ponto 2 da Cláusla 2.ª;



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Cláusula 4.ª

É da responsabilidade da ASSOCIAÇÃO FRONTEIRAS:

- a) Assumir a execução e o acompanhamento técnico e logístico da Mostra Internacional de Cinema FRONTEIRAS, nos moldes propostos;
- b) Incluir o logótipo do município de VRSA nos diversos suportes de publicidade, bem como referir sempre no esquema e nos materiais de comunicação adotados o apoio do município de VRSA para a realização desta Mostra;
- c) Fornecer todos os materiais (gráficos, publicitários e respetiva programação) em tempo útil à correta difusão dos mesmos;
- d) Respeitar e assegurar o cumprimento das obrigações legais associadas à concretização da(s) iniciativa(s);

Cláusula 5.ª

1. A ASSOCIAÇÃO FRONTEIRAS poderá livremente negociar e estabelecer contratos ou parcerias com outras associações e/ou entidades privadas que entenda necessárias ao cumprimento do disposto nas cláusulas anteriores.
2. O Município aceitará a escolha dos parceiros privados que a ASSOCIAÇÃO FRONTEIRAS levar a cabo, sendo, no entanto, alheio às relações contratuais estabelecidas entre os mesmos.
3. A ASSOCIAÇÃO FRONTEIRAS poderá cobrar aos parceiros privados que participem nos eventos por si promovidos um preço pela participação e/ou organização das actividades, sendo, no entanto, o Município alheio às relações contratuais estabelecidas entre os mesmos.

Cláusula 6.ª

1. A atividade cultural que tiver lugar em associação à iniciativa não estará, em caso algum, dispensada do respectivo licenciamento legalmente previsto, sempre que exigível,



Município de Vila Real de Stº António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

32
J. Antunes

podendo esta obrigação, no que respeita à programação, ser tratada e/ou negociada caso a caso e/ou atividade a atividade com os participantes nas iniciativas, sendo no entanto da responsabilidade da Associação a exigência e/ou o cumprimento desta disposição;

2. Ao Município caberá apenas acompanhar o cumprimento do disposto no número anterior.

Cláusula 7.ª

1. O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, sendo válido durante o período em que decorre a presente edição da iniciativa, ou seja, entre 24 e 28 de Outubro de 2017.

Cláusula 8.ª

O presente protocolo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal em reunião ordinária do dia

O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Feito em Vila Real de Santo António, aos ... dias do mês de de 2017

Pelo Município de Vila Real de Santo António

Pela Associação Cultural FRONTEIRAS

Abraham Lopéz Feria
(Presidente)



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

33
A. Ferreira

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/311

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária Maria José Ferreira Antunes

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Maria José Ferreira Antunes apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 20% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

DATA: 18/08/2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: 3ª Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional da Autarquia

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que a munícipe Maria José Ferreira Antunes, residente na Rua Catarina Eufémia, n.º4, 3.º frente, na freguesia e Concelho de Vila Real de Santo António, requereu a 3ª renovação extraordinária do apoio ao arrendamento municipal, junto da Seção Administrativa da Divisão de Ação Social desta Câmara Municipal.

Importa lembrar que, esta munícipe beneficiou, pela primeira vez, de apoio ao arrendamento municipal, por 12 meses, no período de 1 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, (1º ano), tendo sido a comparticipação 30% do valor da renda, ou seja, 78.00€/mês.

Solicitou a renovação (1ª) tendo-lhe sido atribuída a comparticipação de (20%) 52.00€ no período de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

Solicitou a renovação (2ª) e última do apoio ao arrendamento habitacional, tendo-lhe sido concedido o apoio de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015, com o valor mensal de 52.00 € (20%).

No período de 01 novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016, beneficiou da renovação extraordinária (1ª), do referido apoio com a comparticipação mensal de 52.00€ (20%).



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Foi também auxiliada, no período compreendido entre 01/11/2016 até 31/10/2017, no valor de 52.00€ (20%), da renda mensal, que corresponde à 2ª renovação extraordinária do apoio.

Atualmente solicita a 3ª renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional da Autarquia.

Neste sentido, informa-se o seguinte:

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

O agregado familiar continua a ser constituído apenas pela requerente, ou seja:

Requerente: Maria José Ferreira Antunes, Data de nascimento: 03-04-1947, cartão de cidadão n.º00137292 O ZZ1, identificação fiscal n.º133568644, recenseada no Concelho de Vila Real de Santo António.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

A nível dos recursos económicos, esta requerente encontra-se na situação de pensionista, auferindo mensalmente o montante de 546.12€.

Rendimento anual bruto do agregado familiar: 7.645.68€

Rendimento mensal bruto do agregado familiar: 637.14€

Despesas de saúde mensais : 75.89€

Rendimento mensal disponível do agregado familiar: 637.14€ - 75.89€ = 561.25€

Rendimento mensal disponível per capita do agregado familiar: 561.25€

ENQUADRAMENTO DA RENOVAÇÃO

Esta requerente reúne todos os critérios de admissão definidos no artigo 5º do Capítulo II do Regulamento Municipal de apoio ao arrendamento habitacional de Vila Real de Santo António, publicado a 3 de Dezembro de 2009, sujeito a alterações devidamente aprovadas e publicadas, em



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

35. fe
Eudora

INFORMAÇÃO

Diário da República 2.ª Série, nos dias 4 de fevereiro de 2011, 24 de maio de 2011 e 20 de junho de 2012, à exceção do critério referente à adequação da tipologia da habitação à dimensão do agregado familiar [alínea h) do artigo 5.º], uma vez que a mesma reside numa habitação de tipologia T2, contudo este facto é justificável tendo em conta o baixo valor de renda, o qual assume o valor mensal de 260.00€.

Não obstante, importa referir que, de acordo com o estipulado no ponto n.º1 do artigo 6.º do Capítulo II do Regulamento supra indicado, o valor de apoio a atribuir resultaria da fórmula abaixo indicada:

Aplicação da fórmula de cálculo

Fórmula de cálculo para comparticipação = $Rm / RMB \times 100 = 260.00€ : 561.25€ / € \times 100 = 46.32\%$ (menor que 50 %)

Percentagem 2.ª renovação - Percentagem máxima de comparticipação do valor da renda 20% o que se traduz em 52.00 €

Aplicação da grelha de avaliação indireta

Tendo em conta as alterações ao regulamento deste apoio, publicadas a 20 de Junho de 2012, as quais visam a aplicação de uma grelha de avaliação indireta para avaliação dos sinais exteriores de riqueza, verifica-se que o agregado possui sistema televisivo pago (MEO), o que é classificado com cinco pontos (5), mas a requerente realçou que quem paga é o filho o valor da factura da MEO é de 55.00 €, justificando com a permanência com frequência dos netos em casa. Assim, este valor não será contabilizado.

Valor de comparticipação do apoio:

A comparticipação a atribuir resulta da dedução da percentagem resultante da grelha de avaliação indireta à comparticipação do valor de renda calculado através da fórmula de calculo, ou seja:

Fórmula de cálculo para comparticipação 20%



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Grelha de avaliação indireta 0%

Percentagem de comparticipação 20% do valor da renda

Comparticipação a atribuir 52.00 €

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, trata-se de um agregado familiar constituído apenas pela requerente (70 anos de idade), com um rendimento mensal disponível de 561.25€, a qual por ser pensionista e por apresentar problemas de saúde não consegue aumentar os seus rendimentos, dependendo apenas da sua pensão para sobreviver.

Não obstante, informa-se que, em caso de deferimento, e tendo em conta as alterações introduzidas ao Regulamento Municipal de apoio ao arrendamento habitacional de Vila Real de Santo António, publicadas em Diário da República a 20 de junho de 2012, a comparticipação do apoio por parte da CMVRSa seria de 20% do valor da renda, o que se traduziria num apoio mensal, durante 12 meses consecutivos, no valor de 52€/mês.

Todavia este ano seria o 6º ano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º. “O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.

O mesmo artigo refere ainda que “Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal, deliberar sobre os mesmos”.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

36
auditor
INFORMAÇÃO

Apreciação Técnica:

Verifica-se que esta senhora de 70 anos de idade reside sozinha, beneficia apenas da sua pensão e a sua ascensão a nível económico já não é esperada, tendo em conta a sua idade, assim sendo a sua situação económica irá manter-se.

Neste sentido sugere-se a continuação da atribuição do apoio ao arrendamento habitacional, com base no regime de exceção, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º.

Mais informo que, em caso de deferimento do presente pedido, a comparticipação seria de 20% do valor da renda, o que se traduziria num apoio mensal, durante 12 meses consecutivos, no valor de 52.00€/mês.

Sugere-se não aplicar o Plano de Inserção Socio Profissional, uma vez que a requerente é pensionista.

À Consideração Superior,

Helena de Sousa



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

37
B. B. B.

Aprovação em reunião
26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/310

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária de Clidónia Ascensão Cardoso

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Clidónia Ascensão Cardoso apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excepcionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

38
M
Eusebio

INFORMAÇÃO

DATA: 5 de Julho de 2017

Interno/2017/1359

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Pedido de Renovação Extraordinária de Apoio ao Arrendamento Habitacional - Clidónia Ascensão Cardoso

Cumpre-me informar que a munícipe *Clidónia da Ascensão Cardoso* residente na Praceta da Marinha Grande, n.º 22 – 2º Esquerdo, em Vila Real de Santo António, requereu em 01/junho/2017 renovação extraordinária de Apoio ao Arrendamento Habitacional.

Sublinho que esta munícipe já beneficiou do período inicial de 12 meses e das duas renovações consecutivas previstas no Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António (número 3, artigo 6.º, Capítulo II), concretamente nos períodos abaixo indicados:

- 1º Ano: de 01/06/2014 a 31/05/2015 – 12% de comparticipação do Município no pagamento da renda (11,62 €).
- 2º Ano: de 01/06/2015 a 31/05/2016 – 10% de comparticipação do Município no pagamento da renda (9,68 €).
- 3º Ano: de 01/09/2016 a 31/08/2017 – 5% de comparticipação do Município no pagamento da renda (4,84 €).

Após análise documental apuraram-se os elementos que abaixo se descrevem para descrição do contexto sociofamiliar.

1. Composição do Agregado Familiar

Este agregado familiar é composto por um elemento isolado designadamente:



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

- a) A requerente: Clidónia da Ascensão Cardoso tem 78 anos de idade e encontra-se em situação de pensionista por velhice.

2. Residência do Agregado Familiar

Este agregado familiar reside num apartamento do mercado privado de arrendamento localizado em Vila Real de Santo António.

Foi celebrado contrato de arrendamento pelo período de seis meses, com início a 1 de setembro de 1972 e término em fevereiro de 1973, considerando-se prorrogado por igual período e nas mesmas condições, enquanto por qualquer das partes não houver despedida com antecipação legal.

São facultados mensalmente os respetivos recibos de pagamento de renda.

A renda mensal está fixada atualmente em 96,84 €.

Trata-se de um imóvel composto por dois quartos, sala, cozinha e casa de banho.

O estado de conservação do imóvel é razoável.

A habitação está dotada de água canalizada, eletricidade e esgotos.

3. Rendimentos do Agregado Familiar

Este núcleo familiar declarou viver unicamente com o quantitativo proveniente da pensão de velhice no valor mensal de 379,04 € (sem duodécimo).

Relativamente a despesas, a requerente apresentou comprovativo de encargo com aquisição de medicação no valor mensal de 18,03 €.

Cálculos

Rendimento Anual Bruto: 5.306,56 €

Rendimento Mensal Bruto: 442,21 €

Rendimento Mensal Disponível: 424,18 €

Rendimento Mensal *Per Capita*: 424,18 €

Verifica-se que o rendimento mensal *per capita* integra-se nos limites máximos definidos no regulamento municipal.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Handwritten signature and the number 39.

INFORMAÇÃO

4. Critérios para Atribuição do Apoio

De acordo com os Critérios de Admissão inscritos no artigo 5º, capítulo II, do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, constata-se a seguinte informação relativamente à candidata:

- a) Tem nacionalidade Portuguesa.
- b) Tem idade superior a 30 anos.
- c) Reside permanentemente no concelho há pelo menos três anos.
- d) A requerente apresenta recenseamento eleitoral com referência à unidade geográfica de Vila Real de Santo António.
- e) De acordo com Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Real de Santo António, em nome do elemento deste agregado familiar, não se encontram registados bens imóveis.
- f) A candidata não se enquadra no programa Porta 65 Jovem, devido à idade. Não foi contemplada com habitação social ou qualquer outro tipo de apoio para fins habitacionais.
- g) Dispõe de contrato de arrendamento escrito e recibos de pagamento de renda.
- h) A habitação não apresenta tipologia adequada à dimensão do agregado familiar (T2 – 1 elementos).
- i) O rendimento mensal *per capita* está inserido nos limites máximos fixados (1 elemento – 424,18 €).
- j) De acordo com a candidata, não existe relação de parentesco com o senhorio.
- l) O valor da renda (96,84 €) não excede os valores máximos estabelecidos.

Assim, e de acordo com a fórmula existente no referido regulamento, caso seja intenção deferir a pretensão, estamos perante os seguintes cálculos:

$$\begin{aligned} & \text{RM/RMBD} \times 100 \\ & 96,84 \text{ €} / 424,18 \text{ €} \times 100 = 22,83 \% \end{aligned}$$

Desta forma, a Autarquia comparticipará 5% do valor da renda, ou seja, 4,84 €.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Aplicação da Grelha de Avaliação Indireta

Ainda de acordo com as respetivas alterações, procedeu-se à aplicação da grelha de avaliação indireta relativa aos “sinais exteriores de riqueza”, através da qual se constatou que a família não possui qualquer elemento de autonomia financeira e conforto dentro dos parâmetros contemplados na grelha para o efeito.

Valor de Comparticipação do Apoio (após aplicação da grelha anterior)

A comparticipação a atribuir resulta da dedução da percentagem obtida na grelha de avaliação indireta à comparticipação do valor de renda calculado através da fórmula atrás indicada ($rm/rmbd \cdot 100$), ou seja:

Fórmula de cálculo para comparticipação	5%
Grelha de avaliação indireta	0%
Percentagem final de comparticipação	5%
Numerário a atribuir	4,84 €

O compromisso da verba deverá ser precedido da confirmação da alínea F, do art.3.º da lei 8/2012, de 21 de Fevereiro.

5. Apreciação Técnica

Em suma, esta família já beneficiou dos doze meses iniciais de atribuição de Apoio ao Arrendamento Habitacional e posteriormente das duas renovações consecutivas previstas no Regulamento Municipal para o efeito, mais especificamente no número 3, do artigo 6º.

Não obstante, também refere o número 6, do referido artigo que:

“Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos”.





VILAREALSTºANTONIO

[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO

Salvo melhor opinião, coloco para reflexão os seguintes pontos:

- Impossibilidade de aumento das receitas anuais da família, uma vez que se encontra em situação de pensionista por velhice, acrescido de não se enquadrar no Complemento Solidário para Idosos atribuído através do Instituto de Segurança Social.
- A munícipe já beneficiou dos doze meses iniciais da medida e das duas renovações consecutivas.
- O valor de renda é reduzido (96,84 €), pelo que consequentemente e perante o atrás descrito, o valor de comparticipação do Município no pagamento da renda assume um valor irrisório (4,84 €).
- O universo de beneficiários existentes, assim como, dotação financeira para o efeito.

Face ao exposto, a medida de Apoio ao Arrendamento Habitacional, a qual tem como objetivo "(...) facilitar o acesso ao arrendamento de habitações e atenuar as despesas económicas das famílias mais desprovidas de recursos financeiros (...)", num período de tempo limitado, de modo a permitir que as famílias se reorganizem e equilibrem do ponto de vista económico, no caso em apreço, considero não se adequar. Primeiramente, pelo caráter permanente dos rendimentos deste agregado familiar, pela temporalidade da medida e ainda pelo valor resultante de comparticipação do Município. Assim, proponho o indeferimento do requerimento para renovação extraordinária de Apoio ao Arrendamento Habitacional a Clidónia Ascensão Cardoso.

Relativamente aos critérios de admissão para a atribuição do apoio em causa, verifica-se apenas incumprimento da alínea h) A habitação não apresenta tipologia adequada à dimensão do agregado familiar (T2 – 1 elemento). No entanto, relativamente a este ponto, sublinho que recentemente faleceu o filho da requerente, o qual ocupava o segundo quarto existente na casa. Para além disto, acresce a idade avançada da munícipe para efetuar permuta habitacional, assim como, o valor reduzido do arrendamento, bem como, os largos anos de vínculo habitacional. Face ao exposto, considero que isoladamente esta alínea não deverá constituir motivo de indeferimento da pretensão.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Em caso de deferimento da pretensão, e de acordo com os cálculos acima apresentados, a família poderá ser contemplada com 5% de comparticipação do Município no pagamento da renda, especificamente 4,84 €.

Perante as características familiares, considero não existir enquadramento para celebração de Plano de Inserção Socioprofissional, à semelhança do efetuado nos anteriores anos de atribuição do apoio.

À consideração superior.

A Técnica Superior
Isabel Silva
Isabel Silva



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Handwritten signature and initials

Aprovado em reunião
de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/313

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária Vitorino Campinas Filipe

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Vitorino Campinas Filipe apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

O munícipe não dispõe de qualquer apoio familiar e possui problemas de saúde que a obrigam a despendar valores significativos em medicação.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Handwritten signature of Luís Filipe Soromenho Gomes

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

h.2
B. Oliveira

INFORMAÇÃO

DATA: 15 de Setembro de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária Apoio Arrendamento – Vitorino Campinas Filipe

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 29 de agosto de 2017 deu entrada nos serviços administrativos da Divisão de Ação Social, um requerimento em nome do munícipe **Vitorino Campinas Filipe**, residente na Rua Dr. José Colaço Fernandes – Sítio do Buraco, na freguesia de Vila Nova de Cacela, Concelho de Vila Real de Santo António, a solicitar a renovação extraordinária do apoio ao arrendamento habitacional, devido às suas dificuldades económicas.

A fim de analisar o pedido solicitado é importante lembrar que:

O requerente beneficiou de apoio ao arrendamento pelo período de 7 anos, com início em agosto de 2010 e término a 31 de outubro de 2017, de realçar que o 4º ano, 5ºano, 6ºano e 7ºano já se encontrava em ano de exceção.

Pelo exposto, informa-se a seguinte situação:

Constituição do Agregado Familiar

O agregado familiar continua a ser composto por 1 elemento, nomeadamente:

- **Requerente:** Vitorino Campinas Filipe, nascido a 20 de março de 1934.

Condição Económica

O requerente é pensionista por velhice, aufera da sua pensão o valor de 277,27€ mensais; juntamente do complemento solidário do idoso.

N.º de elementos: 1

- **Rendimento anual bruto do agregado familiar=5.026,21€**
5.026,21€ (IRS 2016)
- **Rendimento mensal bruto do agregado familiar = 418,85€**



Município de Vila Real de Stº, António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº, António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

MM

INFORMAÇÃO

- Rendimento mensal bruto per capita do agregado familiar = 418,85€

Verifica-se, assim, que o rendimento mensal per capita localiza-se dentro dos limites máximos fixados no regulamento municipal.

Enquadramento Familiar e Redes de Apoio

- O requerente não tem apoio familiar;
- É beneficiário de Cartão Família – Classe Ouro e vales de Agarra.

Cálculos

Procedeu-se ao cálculo do valor do apoio, conforme estipulado no ponto n.º1. do Artigo 6.º do Regulamento supra indicado:

- Renda mensal: 250,00€
- Rendimento mensal bruto: 418,85€
- $Rm/RMBD \times 100 = 250,00€ / 418,85€ \times 100 = (>50\%)$

Tendo em conta as alterações introduzidas no Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional, publicadas em Diário da República a 20 de Junho de 2012, o munícipe enquadra-se no 1º.escalão.

Todavia este ano de apoio seria o 8ºano do apoio, sendo que, segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento concretamente o ponto 3 do artigo 6º, *“O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”*.

O mesmo artigo refere ainda que *“Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos.”*

Em termos conclusivos, verifica-se que estamos perante um elemento idoso, que reside isoladamente com situação socioeconómica bastante vulnerável, uma vez que, encontra-se reformado e não tem





VILAREALSTºANTONIO

43
Dadine

INFORMAÇÃO

apoio familiar. Beneficia apenas da sua pensão para sobreviver e a sua ascensão a nível económico já não é esperada.

Apreciação Técnica

De um modo geral, este requerente não irá alterar a sua situação económica, sendo um idoso de 83 anos de idade e não tem qualquer familiar próximo. Neste sentido, sugere-se a continuação da atribuição do apoio ao arrendamento habitacional entrando esta situação como regime de exceção, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º, pelo que considera-se que a atribuição em caso de deferimento deverá ter a percentagem máxima de comparticipação do valor da renda, correspondente ao 1º ano de apoio, ou seja, o munícipe beneficiará de uma comparticipação do apoio de 50% do valor da renda, correspondente a 125,00€ mensais.

À consideração superior,

Milene Mendonça

Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

44
Adeuna

Aprovado em reunião
de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/314

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária Evangelina Antónia Maria

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Evangelina Antónia Maria apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

A munícipe não dispõe de qualquer apoio familiar e possui problemas de saúde que a obrigam a despendar valores significativos em medicação.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

 45
44
duarte
INFORMAÇÃO

DATA: 18 de Setembro de 2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária Apoio Arrendamento – Evangelina Antónia Maria

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 4 de setembro de 2017 deu entrada nos serviços administrativos da Divisão de Ação Social, um requerimento em nome da munícipe **Evangelina Antónia Maria**, residente na Urbanização Álvaro Henrique Gomes, lote 2, 2ºesq, na freguesia de Vila Nova de Cacela, Concelho de Vila Real de Santo António, a solicitar a renovação extraordinária do apoio ao arrendamento habitacional, devido às suas dificuldades económicas.

A fim de analisar o pedido solicitado é importante relembrar que:

A requerente beneficiou de apoio ao arrendamento pelo período de 7 anos, com início em maio de 2010 e término a 31 de outubro de 2017, de realçar que o 4º ano, 5ºano, 6ºano e 7ºano já se encontravam em ano de exceção;

Pelo exposto, informa-se a seguinte situação da munícipe:

Constituição do Agregado Familiar

O agregado familiar continua a ser composto por 1 elemento, nomeadamente:

- **Requerente:** Evangelina Antónia Maria, nascida a 21 de maio de 1932.

Condição Económica

A requerente é pensionista por velhice, aufera da sua pensão o valor mensal de 277,27€; juntamente do complemento solidário do idoso.

N.º de elementos: 1

- **Rendimento anual bruto do agregado familiar= 5.026,21€**



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

HH

INFORMAÇÃO

5.026,21€ (IRS 2016)

- Rendimento mensal bruto do agregado familiar = 418,85€
- Rendimento mensal bruto *per capita* do agregado familiar = 418,85€

Verifica-se, assim, que o rendimento mensal *per capita* localiza-se dentro dos limites máximos fixados no regulamento municipal.

Enquadramento Familiar e Redes de Apoio

- A requerente não tem apoio familiar;
- É beneficiária de Cartão Família – Classe Ouro e vales de Agarra.

Cálculos

Procedeu-se ao cálculo do valor do apoio, conforme estipulado no ponto n.º1. do Artigo 6.º do Regulamento supra indicado:

Renda mensal: 350,00€

Rendimento mensal bruto: 418,85€

$Rm/RMBD \times 100 = 350,00€ / 418,85€ \times 100 = (> 50\%)$

Tendo em conta as alterações introduzidas no Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional, publicadas em Diário da República a 20 de Junho de 2012, a munícipe enquadra-se no 1º.escalão.

Todavia este ano de apoio, seria o 8ºano do apoio, sendo que segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, “O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

46
Milene Mendonça

INFORMAÇÃO

O mesmo artigo refere ainda que *"Em casos excepcionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos."*

Em termos conclusivos, verifica-se que estamos perante uma munícipe idosa, que reside isoladamente com situação socioeconómica bastante vulnerável, uma vez que, encontra-se reformada e não tem apoio familiar. Beneficia apenas da sua pensão, e a sua ascensão a nível económico já não é esperada.

Apreciação Técnica

De um modo geral, esta requerente não irá alterar a sua situação económica, sendo uma idosa de 85 anos de idade e não tem qualquer familiar próximo. Neste sentido, sugere-se a continuação da atribuição do apoio ao arrendamento habitacional entrando esta situação como regime de exceção, de acordo com o ponto 6 do artigo 6º, pelo que considera-se que a atribuição em caso de deferimento deverá ter a percentagem máxima de comparticipação do valor da renda, correspondente ao 1º ano de apoio, ou seja, a munícipe beneficiará de uma comparticipação do apoio de **50%** do valor da renda, correspondente a **175,00€** mensais.

À consideração superior,

Milene Mendonça
Milene Mendonça



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

47
[Handwritten signature]

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/315

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária José Alberto Fernandes Pinto da Rocha

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de José Alberto Fernandes Pinto da Rocha apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

O munícipe não dispõe de qualquer apoio familiar e possui problemas de saúde que a obrigam a despendar valores significativos em medicação.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

[Handwritten signature]
Luís Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

[Handwritten signature]
48
[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO

DATA: 18/09/2017

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão de Ação Social

ASSUNTO: Renovação Extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional da Autarquia

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que, o munícipe José Alberto Fernandes Pinto da Rocha, requereu a renovação extraordinária do Apoio ao Arrendamento Habitacional, junto da Secção Administrativa da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal.

Na sequência deste pedido, importa relembrar que o requerente beneficiou do apoio ao arrendamento pelo período de 3 anos ou seja:

No 1º ano beneficiou de 100.00€ /mês (50% do valor da renda) de 01 de novembro 2014 a 31 de outubro de 2014.

No 2º ano o apoio assumiu o valor de 80.00€/mês (40% do valor da renda), de 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016.

No 3º ano a verba disponibilizada foi de 60.00€/mês de (30%) de 01 de agosto 2015 a 31 de julho de 2016.

Atualmente o requerente solicita a renovação extraordinária do apoio, deste modo foi realizada visita domiciliária tendo-se apurado o seguinte:



Município de Vila Real de Stº António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:

O agregado familiar é constituído por 1 elemento nomeadamente:

O requerente: José Alberto Pinto da Rocha, nascido a 17 de dezembro de 1955.

Situação Económica-Profissional do Agregado Familiar:

O requerente é pensionista. Aufere mensalmente 314.70€, de Portugal, e ainda uma prestação mensal de Espanha, de 269.31€ mensais.

Vive numa casa arrendada, pagando uma renda mensal de 200€.

Despesas:

As despesas existentes são as relacionadas com a casa: renda, consumo de água, gás e eletricidade e aquisição de bens alimentares. O requerente padece de Diabetes, existindo uma despesa mensal de farmácia, deslocações, tratamentos e por vezes consultas, no valor de cerca de 250.00€. Esta doença está a afetar-lhe a visão, agravando-se com o passar do tempo, está na iminência de ficar cego e dependente.

Perante a informação recolhida, realizou-se o apuramento dos seguintes valores:

Rendimento Anual Bruto do Agregado Familiar:

$$[(314.70\text{€} \times 14) + (269.31\text{€} \times 12)] = [4.405.80\text{€} + 3.231.72\text{€}] = 7.637.52\text{€}$$

Rendimento Mensal Bruto do Agregado Familiar: 636.46€

$$\text{Rendimento Mensal Bruto Disponível} = [636.46\text{€} - 250.00\text{€}] = 386.46\text{€}$$

Informação Adicional:

O requerente encontra-se recenseado no concelho de Vila Real de Santo António.

De acordo com a certidão de bens emitida pela repartição de finanças, não possui qualquer bem imóvel.

Relativamente à Grelha de avaliação indireta (Elementos de autonomia financeira e conforto), não existem elementos para avaliação.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

[Handwritten signature]
49
[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO

O munícipe é beneficiário do Cartão Família – Classe Prata.

Este requerente tem um rendimento per capita de 386.46€ o que, de acordo com o Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, publicado a 3 de Dezembro de 2009, sujeito a alterações devidamente aprovadas e publicadas, em Diário da República, 2.ª Série, no dia 04 de Fevereiro de 2011 e no dia 24 de Maio de 2011, reúne os critérios de admissão exigidos para atribuição do apoio ao arrendamento habitacional.

Deste modo, em conformidade com o estipulado no ponto n.º1 do Artigo 6.º do Capítulo II do referido Regulamento, o valor do apoio a atribuir resulta da seguinte fórmula:

Renda Mensal/RMBx100: $200.00\text{€}/386.46\text{€}\times 100 = 51.75\%$ (escalão 1), mas tratando-se de uma renovação extraordinária o munícipe irá beneficiar do apoio no valor mensal de 60.00€ (30%) do valor da renda mensal, ficando o remanescente (140.00€) a cargo do requerente.

Sugere-se que o Plano 'de Integração Sócio Profissional não seja aplicado a este requerente, por o mesmo ser pensionista e devido a problemas de visão, provocados pela doença diabetes.

ENQUADRAMENTO DA RENOVAÇÃO

Segundo o presente regulamento concretamente o ponto 3 do artigo 6º, "O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar".



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

Refere ainda o ponto 6 do mesmo artigo, o seguinte: "Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos."

APRECIÇÃO TÉCNICA:

Neste caso em apreço, verifica-se que este senhor de 62 anos de idade reside sozinho, não tem suporte da rede familiar.

Beneficia apenas da sua pensão e a sua ascensão a nível económico já não é esperada, tendo em conta a sua idade assim como o seu problema de saúde, deste modo a sua situação económica irá manter-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Atualmente, o requerente beneficia do apoio em 30% do valor da renda (60.00€), o que se traduz num auxílio económico para fazer face às despesas mensais, mas com o término do apoio, não terá condições financeiras para suportar as necessidades básicas.

Em caso de deferimento, o apoio a atribuir representa 30% do valor da renda, o que corresponde a 60.00€ mensais, durante 12 meses consecutivos.

Assim sendo e tendo em conta o exposto deixa-se à consideração superior a atribuição do alargamento do apoio.

À Consideração Superior,



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

50
B. B. B.

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/316

ASSUNTO:

Apoio ao Arrendamento Habitacional - renovação extraordinária Florival Maia Salas

CONSIDERANDO QUE:

O agregado familiar de Florival Maia Salas apresenta uma condição sócio-económica bastante vulnerável, tendo em conta que se trata de um elemento isolado, o qual apenas dispõe da sua reforma como rendimento.

O munícipe possui problemas de saúde que a obrigam a despendar valores significativos em medicação.

A medida Apoio ao Arrendamento Habitacional possibilitará à família a melhoria das suas condições de vida.

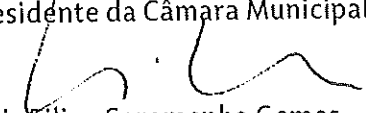
O Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, prevê no seu artigo 6º, ponto 6, que *"Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão Câmara Municipal deliberar sobre os mesmos"*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda.

Vila Real de Santo António, 18 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal


Luis Filipe Soromenho Gomes



VILAREALSTºANTONIO

51-1107
51-1107
INFORMAÇÃO

DATA: 15 de Setembro de 2017

Interno/2017/1714

PARA: Patrícia Alexandra Teixeira Rodrigues

DE: Divisão Ação Social – Helena Vitória

ASSUNTO: "Candidatura Extraordinária Medida Apoio Arrendamento - Florival Maia Salas".

Para os devidos efeitos cumpre-me informar que no dia 29/08/2017, deu entrada na da Divisão de Ação Social, uma candidatura à Renovação Extraordinária da Medida de Apoio ao Arrendamento Habitacional em nome do munícipe *Florival Maia Salas*, pelo que após entrevista realizada em 15/09/2017, procedeu-se à actualização da informação sócio-económica do requerente.

Previamente, no sentido de contextualizar este pedido apresenta-se o histórico dos apoios concedidos anteriormente:

1º Candidatura = 01/11/2014 a 31/10/2015 – 50% renda = 112,50 €/mês;

2º Renovação = 24/09/2015 a 31/10/2016 – 40% renda = 90,00 €/mês;

3º Renovação = 01/11/2016 a 31/10/2017 – 30% renda = 67,50 €/mês.

1-Identificação do agregado familiar:

O agregado familiar continua a ser constituído por 1 elemento, nomeadamente:

O próprio – DN: 14-09-1946 (71 anos).

2 - Dados relativos ao Imóvel:

O requerente continua a residir num imóvel arrendado, sito na Rua Catarina Eufémia, Nº 32 – A. 3º Esq., em Vila Real de Santo António, propriedade de Diogo Mendes Estevão. O contrato de arrendamento foi registado no Ministério das Finanças e foi contratualizado o arrendamento com renovação automática por períodos sucessivos de 1 ano, com início a 1/05/2014.

Trata-se de um imóvel de tipologia T2 pelo qual paga uma renda mensal de 225,00 e por mês e que reúne todas as condições básicas (água, saneamento básico, luz e gás).

De acordo com o print realizado ao portal das finanças, apresentado pelo munícipe, em nome do requerente não existem quaisquer bens imóveis registados nas matrizes prediais.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

3 -Condição sócio-económica:

Os rendimentos auferidos pelo requerente, provém de pensão de velhice, com uma prestação mensal no valor de 324,04€.

Despesas: 225,00 € (Renda da habitação)

N.º de elementos: 1

Rendimento anual bruto = 4.536,56 €

Rendimento mensal bruto = 378,05 €

Rendimento mensal *Per Capita* = 378,05 €

Rendimento mensal Disponível = 153,05 € (378,05 € - 225,00€)

4 - Enquadramento Familiar e Redes de Apoio:

Trata-se de um idoso com diversos problemas de saúde nomeadamente, bronquite crónica, diabetes, problema de fígado e do sistema nervoso, que tem rede de apoio familiar, embora não conte com apoio económico.

Mais se acrescenta que é beneficiário da classe C do Cartão VRSA Social e do projecto Alimentar Agarra e ainda de refeições confeccionadas da IPSS Mão Amiga.

5 - Critérios de Admissão

De acordo com o Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional de Vila Real de Santo António, publicado a 3 de Dezembro de 2009, sujeito a alterações devidamente aprovadas e publicadas, em Diário da República 2.ª Série, nos dias 4 de Fevereiro e 24 de Maio de 2011, o candidato continua a reunir os critérios de admissão definidos no ponto do Artigo 5.º:

- a) É cidadão português.
- b) Tem idade superior a 30 anos.
- c) Reside no Concelho de Vila Real de Santo António.
- d) Encontra-se recenseado na freguesia de Vila Real de Santo António.
- e) Não possui bens imóveis, de acordo com print de consulta da Direcção de Finanças.
- f) Não é enquadrável noutros programas de apoio ao arrendamento, não beneficia de habitação social ou subsídios para estes fins.
- g) Dispõe de contrato de arrendamento e recibos de renda.
- h) A tipologia da casa encontra-se ajustada à dimensão do agregado familiar.



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

5.2 H17
B. B. B. B. B.

INFORMAÇÃO

- i) O rendimento mensal *percapita* integra-se nos limites máximos fixados no regulamento municipal.
- j) O proprietário do imóvel não tem relação de parentesco com o requerente.
- l) O valor da renda (225,00 €) não excede o valor máximo definido na tabela para o efeito.

6 – Cálculos e Informação Adicional:

Segundo o regulamento vigente para o apoio ao arrendamento, concretamente o ponto 3 do artigo 6º, “O apoio será atribuído por um período de 12 meses, com possibilidade de duas renovações consecutivas ou interpoladas, caso o beneficiário solicite e comprove que as condições socioeconómicas e habitacionais justificam essa renovação. O valor da comparticipação será redefinido em função da relação entre o valor da renda mensal e o rendimento mensal bruto disponível do agregado familiar”.

Refere ainda o ponto 6 do mesmo artigo, o seguinte: “Em casos excecionais, que mediante relatório técnico fundamentado se comprove a necessidade de apoio e consequentemente o alargamento do limite de apoio estabelecido no anexo VI, cabe ao órgão câmara municipal deliberar sobre os mesmos.”

Deste modo, a consideração desta renovação extraordinária, remeteria para o prolongamento da medida de apoio ao arrendamento que terminará a 31/10/2017, com enquadramento no 1.º escalão e 2ª renovação, motivo pelo qual a comparticipação a atribuir seria de 30% do valor da renda, mantendo-se o valor atribuído neste último ano.

Escalão	Percentagem	Percentagem máxima de comparticipação do valor da renda 2ª renovação
1	$(RM/RM \times 100) > 50$ $225,00:378,05\text{€} \times 100 = 59,52\%$	30%

Percentagem de comparticipação	30% do valor da renda
Comparticipação a atribuir	67,50 €

Nota: Não existindo elementos de autonomia financeira e conforto previstos no regulamento, não foi aplicada grelha de avaliação indirecta.





VILAREALSTºANTONIO

INFORMAÇÃO

7 - Considerações finais

- Em suma, o munícipe candidata-se de forma extraordinária ao apoio ao arrendamento habitacional, por tratar-se de um elemento idoso isolado, que sobrevive com o valor da pensão e que mensalmente tem de conseguir 225,00 € para pagamento da renda da habitação, ao que ainda acrescem as restantes despesas.
- Apesar de se ter verificado que a situação económica é estável, o valor da pensão é baixa, pelo que sem esta comparticipação, dificilmente o candidato conseguiria assegurar o pagamento de todas as despesas.
- Em caso de deferimento, a comparticipação do apoio por parte da CMVRSA será de 30%, o que se traduz num apoio mensal durante 12 meses consecutivos de 67,50€ por parte da CMVRSA, estando este apoio, dependente da disponibilidade financeira da autarquia.
- Mais se informa que perante as características deste agregado, não se propõe aplicar plano de Inserção Socioprofissional a este munícipe, nem se vislumbra alguma melhoria da sua condição económica.

À consideração superior,

A Técnica Superior

Helena Vitória



Município de Vila Real de Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

53
Durbene

Aprovado em reunião

de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/318

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Clementina Oliveira manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 20 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Clementina Oliveira 21-08

O homem se Sampetersburgo / Ken Follett

La última confesión / Morris West

La salamandra / Morris West

Morte no jardim / F. Jackson

El peso del pasado / Colin Harrison

Os mil e um fantasmas / Alexandre Dumas

A dama das pérolas / A.Dumas Filho



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

55
Adouo

Aprovado em reunião
de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/319

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Luisa Matoso manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 20 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Luisa Matoso 27-07

A casa da margem esquerda / Nuno Bermudes

Angola, quotidiano / João de Azevedo e Silva

Os sinais da nova aliança / Aimé Georges Martimort

Viagem à costa ocidental da América / Vasco Callixto

El Leon, la figura y sus imágenes / Jseús Maria González de Zárate

Um pássaro num ramo / Nuno Bermudes

A arte uma história visível / João Correia

A Vila Real, àquela: estórias / Manuel Gomes

Estradas de Portugal 1999 / IEP-Instituto das Estradas de Portugal

Revistas: Boletim Cultural – 1984, 1991, 1996 / Fundação Calouste Gulbenkian

O 3º inimigo da alma / João Ilharco

Mas Deus é grande / José Régio

Famílias antigas da povoação / Edit. Câmara Municipal da Povoação

Eanito, el estático / Augusto Cid

Observações sobre a Ilha de S. Miguel / Luiz Silva Mouzinho de Albuquerque



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

57
B. Ferreira

Aprovado em reunião
de 26 SET, 2017

N.º Propostas/2017/320

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria José Ferreira Antunes manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 20 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria José Ferreira Antunes

O anjo branco / José Rodrigues dos Santos

Manhã, tarde & noite / Sidney Sheldon

As areias do imperador; mulheres de cinza livro 1 / Mia Couto

Uma chamado do céu / Mitch Albom

Equador / Miguel Sousa Tavares

O anjo branco / José Rodrigues dos Santos

Não pares! / Sandro e Gerson Fidalgo

De mulher para mulher / Mónica Campos

A vida milagrosa de Edgar Mint / Brady Udall

A filha da minha melhor amiga / Dorothy Koomson

O segredo da bastarda / Cristina Norton

A boda mexicana / Sandra Sabanero

Luz na neve / Anita Shreve

Pedaços de ternura / Dorothy Koomson

Já Bocage não sou / José Jorge Letria

Era uma vez um rapaz / Nick Hornby

Entre o céu e a terra / Kelly Corrigan

Mais feliz que Deus / Neale Donald Walsch

Visto da lua / Alice Sebold

Pegadas na areia / Margaret Fishback Powers

Elfos e fadas / Édouard Brasey

A ilha / Victoria Hislop

O senhor dos anéis; As duas torres, a irmandade do anel – 1º e 2º volume / Jr. R. Tolkien

Paz como um rio / Leif Enger

A matilha dos herdeiros / Gaby Hauptmann



59
D. Rodrigues

O regresso / Victoria Hislop

A filha do capitão / José Rodrigues dos Santos

Margatita e o mestre / Milail Bulgakov

Visto do céu / Alice Sebold

O primeiro livro do diário de Sofia / Sofia Afonso

Uma promessa para toda a vida / Nicholas Sparks



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

60
Duarte

Aprovado em reunião
26 SET. 2017

cc _____

N.º Propostas/2017/321

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Alexandra Freitas Gurtner manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 20 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Alexandra Freitas Gurtner 21-08

Ossos sagrados / Michael Byrnes

A máscara da Tulipa negra / Lauren Willig

L. A. confidential / James Ellroy

Segredos / Danielle Steel

A tenda vermelha / Anita Diamant

Tocata para dois clarins / Mário Cláudio

A matilha dos herdeiros / Gaby Hauptmann

Trilogia; o filho das sombras e a filha da profecia – 2º e 3º volume / Juliet Marillier

Lisboa; livro de bordo / José Cardoso Pires

Tia Suzana, meu amor / António Alçada Baptista

No teu deserto / Miguel Sousa Tavares

À beira do lago dos encantos / Maria Alberta Menéres

O jogo da verdade / Sveva Casati Modignani

Mentiras na cama / Gaby Hauptmann

As brumas de Avalon; a senhora da magia - 1º volume / Marion Zimmer Bradley

O filho de Thor / Juliet Marillier

Soberano, intriga na corte / C.J. Sansom

Samarcanda / Amin Maalouf

A vida era bela / Konsalik

O fiel jardineiro / John le Carré

Eva luna / Isabel Allende

O regresso do soldado / Charles Frazier

O filho de Thor / Juliet Marillier

A justiça do vizir / Christian Jacq

Avicena ou o caminho para Ispahan / Gilbert Sinoué

O abraço de Némesis / Steven Saylor

Luto pela felicidade dos portugueses / Rui Zink

A pirâmide assassina / Christian Jacq

Ramsés sob a acácia do ocidente / Christian Jacq

O caso Tutankhamon / Christian Jacq

O deus do rio / Wilbur Smith

Controle total / David Baldacci

Filhos da memória do vento / Francisco Moita Flores

Sedução irresistível / Elizabeth Hoyt

Ponto pé de flor / Clara Pinto Correia

Memórias de agripina / Seomara da Veiga Ferreira

Barragem no Nilo / Christian Jacq

A casa da floresta / Marion Zimmer Bradley

Feliz aniversário / Danielle Steel

Mistérios do sul / Danielle Steel

Uma mulher de coragem / Danielle Steel

A outra rainha / Philippa Gregory

A profecia de Istambul / Alberto S. Santos

Grande mulher / Danielle Steel

Um dia de cada vez / Danielle Steel

Hotel Vandôme / Danielle Steel

Vidas cruzadas / Danielle Steel

Assuntos do coração / Danielle steel

Hotel Hollywood / Danielle Steel

México / James A. Michener

Os céus de montanha / Nora Roberts



63
Dudman

Ramsés, a batalha de Kadesh / Christian Jacq

Ramsés, a dama de Abu-Simbel / Christian Jacq

Ramsés, o filho da luz / Christian Jacq

Sua alteza real / Danielle Steel

Der Angang war ein ketchupklecks / Helmut Schmid

Geisterstude im alten gutshaus / Helga Talke

Espanho total – 2 cd's / Instituto espanhol

Das alphabet haus / Adler Olsen

Óasis escondido / Paul Sussman

Jardim dos segredos / Kate Morton

O ciclo Pendragon – 1º 2º 3º e 4º volume / Stephen Lawhead

Tannöd, krimi nautitlus / Andrea Maria Schenkel

Das geheimnis des feuers / Hening Mankell

Die kinderkarawane / dtv Junior

Auf heiber spur / Gerir Kopiezt & Jörg Sommer

Homo faber / Ein Bericht

Felix der wirbelwind / Joachim Masannek

Leon der slalomdribbler / Joachim Masannek

Ich knall euch ab! / Morton Rhue

Schachnovelle / Stefan Zweig

Der besuch der alten dame / Dürrenmatt

Kinder lexicon / Eurokids

Hanni und ihre freunde / Graf Bossi Fedrigotti

Nie sollst du vergessen / Elizabeth George

Mensch ohne hund / Hakan Nesser

Tage geschichten / Günter Neidinger



A aldeia das flores / António Mota

O segredo do rio / Miguel Sousa Tavares

Felicidade / Leif Kristiansson

Tierbuch / Schwager & Steinlein

Das dschungelbuch / Unipart Verlag Stuttgart

Atlas das crianças / Edfit. Fleures

O meu 1º atlas / Edit. Porto

Vol de nuit / Saint-Exupéry

O terceiro gémeo / Ken Follett

Jornada de África / Manuel Alegre

Ramsés, o templo dos milhões de anos / Christain Jacq



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

65
S. António

Aprovado em reunião
de 26 SET. 2017

N.º Propostas/2017/322

ASSUNTO:

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS

CONSIDERANDO QUE:

Ponto 1: O enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal constitui um fator da maior relevância para uma maior democratização da sociedade através do acesso à informação e consequente exercício de uma cidadania livre e consciente, assim como o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua capacidade de fruição estética e das suas capacidades criativas;

Ponto 2: A Sra. D. Maria Clotilde Duarte Correia Pereira manifestou a sua vontade de entregar graciosamente, à referida Biblioteca, um conjunto de obras em sua posse;

Ponto 3: As mesmas obras, após análise, foram consideradas de interesse para o enriquecimento e incremento da diversidade do referido fundo;

Ponto 4: A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no seu artigo 33º, ponto 1, alínea j) prevê como competência da Câmara Municipal a aceitação de doações, legados e heranças a benefício de inventário.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A aceitação das obras que integram a referida doação.

Vila Real de Santo António, 20 de Setembro de 2017

A Vereadora do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de Outubro de 2013,

Maria Conceição Cipriano Cabrita

Doação de Maria Clotilde Duarte Correia Pereira

Vinte anos, duas pessoas / David Nicholls

O monte dos vendavais / Emily Brontë

A libélula presa no âmbar / Diana Gabaldon

Nome de código Portograll / Luís Corredoura

A história de Edgar Sawtelle

A ilha do dia anates / Umberto Eco

A pele da terra / Richard Ford

Viúva por um ano / John Irving

Suite francesa / Irène Némirovsky

Páginas de uma viagem / Paulina Simons

O filho Philipp Meyer